



INFORMATIVO

O TUIUTI

*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

250 anos de Porto Alegre – 200 anos da Independência do Brasil - Aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, com o nome de Dom Pedro I – 180 anos das Revoluções Liberais de SP e MG – 170 anos da Batalha de Monte Caseros – 110 anos do início da Guerra do Contestado – 100 anos da Semana de Arte Moderna em São Paulo – 90 anos do início da Revolução Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso – 80 anos dos afundamentos de 23 navios brasileiros por submarinos alemães em diversos lugares do mundo – Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália – 20 anos da conquista do pentacampeonato mundial de futebol na Copa do Mundo do Japão/Coréia do Sul pelo Brasil.

ANO 2022

Agosto

Nº 408

Guerra Colombo-Peruana (ou Questão de Letícia)

Hélio Irany Wanderley Júnior

Márcio Souza de Pinho

A Guerra Colombo-Peruana ocorreu na região da Tríplice Fronteira Norte do Brasil, onde hoje se localizam as cidades de Letícia na Colômbia, Tabatinga no Brasil e Santa Rosa no Peru. O marco inicial da pesquisa é o dia 1º de setembro de 1932, quando a cidade de Letícia foi invadida por tropas peruanas, até 24 de maio de 1934, data da assinatura do Protocolo de Amizade e Cooperação entre o Peru e a Colômbia na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação à Guerra Colombo-Peruana, um dos problemas enfrentados pela pesquisa estava em entender como se deu a mobilização das tropas brasileiras que, de uma hora para outra, precisaram ser deslocadas para a zona do conflito, pois boa parte das forças do Exército na Região Amazônica havia sido empregada na Revolução Constitucionalista em São Paulo. Nossa pesquisa procurou, além de montar o mosaico de ideias para compreender o que aconteceu no período, analisar de que forma o conflito influenciou e modificou a atuação das Forças Armadas brasileiras dentro do projeto político do Estado brasileiro para as fronteiras da Amazônia.

A área disputada por Peru e Colômbia, que, devido a seu formato, ganhou o nome de Trapézio Amazônico, era limitada ao sul pelo rio Amazonas, ao norte pelo rio Putumayo, a leste pela linha Apaporis-Tabatinga e a

este pela linha reta que ia da confluência do rio Yaguas com o Putumayo até a confluência do rio Atacuari com o Amazonas. Tal território vinha sendo reivindicado pelos dois países desde as guerras da Independência no século XIX, até a assinatura, em 1922, do tratado conhecido como Salomón-Lozano, numa homenagem aos ministros que o negociaram, assegurando a posse da região do Trapézio Amazônico à Colômbia.

Após um longo processo de oito anos de negociações, a região foi entregue, em 1930, à Colômbia, que logo organizou a administração dos territórios que lhe foram cedidos. Criou a Intendência do Amazonas, com capital em Letícia, e ali estabeleceu autoridades civis e militares. No entanto, tal fato não foi aceito pelos habitantes do departamento peruano de Loreto, primeiros possuidores da cidade. 17 mil peruanos residentes na região tiveram que se deslocar, a maioria optando pela cidade de Iquitos e arredores. Passaram, então, a sonhar com a reincorporação ao Peru, na primeira oportunidade, e por qualquer preço, de Letícia e do Trapézio Amazônico.

Na madrugada de 31 de agosto para 1º de setembro de 1932, o alferes peruano La Rosa e mais 46 civis fizeram seis funcionários e 19 policiais colombianos prisioneiros e tomaram Letícia. A partir desse acontecimento até fevereiro de 1933, quando efetivamente começaram os combates entre Peru e Colômbia, ocorreu a concentração de tropas na região, servindo o Rio Amazonas/Solimões como via de transporte e de reabastecimento para as forças estacionadas. As tensões diplomáticas entre os dois países aumentaram e o governo brasileiro foi obrigado a tomar providências no sentido de manter a integridade e a inviolabilidade do nosso território.

O Exército Brasileiro passou a acompanhar a situação na tríplice fronteira. Em comunicação recebida em 4 de setembro de 1932, encontra-se:

GABINETE DO MINISTERIO DA GUERRA - SECRETO - COPIA- BOGOTÁ - SETEMBRO 2 - HORA 6,47
- 1932. - DE COLÔMBIA - RIO - DELEGAÇÃO DA COLÔMBIA EM LIMA COMUNICA CONFIDENCIALMENTE
QUE O GOVERNO FEZ CONHECER ESTALOU (SIG) EM LECTICIA MOVIMENTO SUBVERSIVO.

O documento acima, além de confirmar a posição inicial do governo peruano de atribuir ao golpe um caráter de levante comunista, aponta para a política de monitoramento das fronteiras e da não intervenção no conflito ora instalado.

O Estado-Maior do Exército (EME) iniciou, então, um período de discussões com o intuito de planejar e executar o aumento do efetivo na região de Tabatinga, que, naquele momento, contava com um contingente de poucos militares. Tal planejamento visava à ocupação militar da fronteira com o Peru e a Colômbia, tratando-a como providência de caráter urgente a fim de prevenir possíveis consequências dos acontecimentos que ora se desenrolavam em Letícia. Além do EME, os órgãos ligados ao Ministério das Relações Exteriores participaram dos planejamentos e das ações de observação e levantamento de informações. O documento abaixo serve como exemplo da atuação de ambos os órgãos:

O Ministro de Estado das Relações Exteriores attentosamente cumprimenta seu collega dos Negocios da Guerra e pede a Sua Excellencia a fineza de o informar, com a possível urgência, se, pelo commando do forte de Tabatinga ou por qualquer outra autoridade militar nossa da Amazônia foi dada permissão para a passagem, por nossas águas territoriaes, da canhoneira

peruana Napo, que aportou a 27 do corrente às 7 horas a Benjamin Constant, comboiando três vapores armados em guerra, conduzindo grande tropa do Exército com destino ao rio Putumayo.

Naquele momento o Exército Brasileiro não tinha tropas na região em condições de rechaçar qualquer ameaça inimiga. Muito pelo contrário. O efetivo presente era o mínimo para garantir a vigilância das áreas de fronteira e de toda a Região Amazônica. O Exército tinha como tropas de emprego o 27º Batalhão de Caçadores em Manaus, o 4º Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Óbidos, o 26º Batalhão de Caçadores e a 8ª Região Militar, os dois últimos situados em Belém. Embora não seja objeto dessa pesquisa, é importante ressaltar a ocorrência da revolta do Forte de Óbidos, iniciada em 18 de agosto de 1932, cujas tensões ainda repercutiam no ambiente militar e político da região.

No dia 27 de novembro de 1932, o planejamento do EME foi apresentado e aprovado por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório. A partir daí, o órgão começou a expedir as ordens para a mobilização das tropas e a constituição da Força de Ocupação. Constam do acervo analisado, diversos documentos expedidos a partir do dia 30 de novembro, cuja finalidade principal era:

- 1) Nomear um general de Brigada para o comando da 8ª Região Militar e transferir provisoriamente a sua sede de Belém para Manaus;
- 2) Deslocar imediatamente o 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, para Tabatinga;
- 3) Transportar para Manaus o 25º BC, situado em Teresina, Piauí, o 23º BC, situado em Fortaleza, Ceará, e a 7ª Bateria do Regimento de Artilharia Mista, situada em João Pessoa, Paraíba;
- 4) Dar ordens às diretorias de Saúde, Intendência, Material Bélico, Engenharia e Veterinária para completar em pessoal e material a 8ª RM, bem como apoiar as demais tropas mobilizadas;
- 5) Organizar um destacamento telegráfico para a instalação e serviço de quatro postos de Telégrafo Sem Fio;
- 6) Criar um hospital em Manaus; e
- 7) Solicitar ao Ministério da Marinha a instalação de uma base de aviação em Manaus.

A análise de todas as medidas apontadas como necessárias e urgentes pelo EME evidenciam diversos problemas existentes na estrutura das Forças Armadas Brasileiras na Região Amazônica e, certamente, extrapolariam o espaço dessa pesquisa. Por ora, destacamos a inexistência de um comando unificado e completo na área, indicado pela necessidade de transformar a 8ª Região Militar num comando de oficial-general e de completar o seu Estado-Maior. À primeira vista tal dado pode parecer irrelevante, mas, ao analisá-lo, constata-se que não havia, naquele momento, sequer um oficial general do Exército no Norte do Brasil, já que aquele era o maior comando da força presente na região.

O general de brigada Almério de Moura, então comandante da 6ª região militar, foi escolhido e nomeado comandante da 8ª Região Militar e da força vigilância da fronteira, mantendo efetiva e completa neutralidade do Brasil no conflito e assegurando a inviolabilidade do território brasileiro. Para isso, não poderia permitir o trânsito, nos rios de águas brasileiras, dos navios estrangeiros não autorizados pelo Ministério das Relações Exteriores, nem permitir que forças estrangeiras formassem em nosso território bases de operações ou pontos de apoio.

A Flotilha do Amazonas foi designada como componente naval da Força de Ocupação e Observação, à qual cabia a tarefa de manter as águas fluviais brasileiras livres de qualquer interferência dos beligerantes que infligisse às normas de neutralidade estabelecidas pelo Brasil. Chefiada inicialmente pelo capitão de Fragata Ápio Couto e posteriormente pelo então capitão de Fragata Alberto de Lemos Basto, tinha como nau capitânia o encouraçado Floriano, praticamente a única embarcação em condições de ser empregada, já que as demais estavam sem condições de uso. Posteriormente, foram incorporados à flotilha o navio-faroleiro Mário Alves e três embarcações fluviais (classificadas como avisos): Alegre, São Pedro e Jovita Elói.

Segundo o Almirante Hélio Leôncio Martins (1985, p. 152), também seguiu para a fronteira com o Peru e a Colômbia uma unidade da Aviação Naval (a 4ª Divisão de Esclarecimento e Bombardeio, incluindo três aviões Fairey Gordon) para integrar-se à Força de Ocupação e Observação. Esses aviões decolaram, em 22 de janeiro de 1933, do Centro de Aviação Naval do Rio de Janeiro e iniciaram uma viagem cheia de incidentes até Belém, onde foram recebidos pelas autoridades locais.

No início do ano de 1933 a zona do conflito foi sacudida pela notícia de que a flotilha colombiana chegara à foz do Amazonas e rumava para Letícia. No dia 17 de janeiro, chegou a informação de que ela já estava em Manaus, de onde zarparia com destino a Tefé. A Liga das Nações, ao tomar conhecimento do fato, interpelou os governos da Colômbia e do Peru. O primeiro respondeu sustentando a "tese da questão interna". Já o segundo alegou que a chegada da flotilha inimiga constituía ato de agressão. Para o Brasil, aquelas atividades bélicas junto à fronteira representavam grande risco de envolver o país no conflito. Dessa forma, todos os esforços deveriam ser empreendidos no sentido de manter a neutralidade.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foram estabelecidas regras gerais e permanentes de neutralidade a serem observadas em todo o território brasileiro. No entanto, a Guerra Colombo-Peruana criou novas situações não previstas no ordenamento jurídico vigente. Os conflitos em Letícia aconteceram principalmente nos rios, e os problemas delicados de neutralidade fluvial não eram objeto das normas consagradas. Foi imperioso, assim, estabelecer regras especiais aplicáveis diretamente ao conflito colombo-peruano. O Itamaraty, em aviso de 11 de janeiro de 1933 ao Ministério da Guerra, fixou as determinações necessárias à manutenção da neutralidade brasileira que interessavam a Força de Ocupação e Observação:

- 1) Navios de guerra ou de transporte dos beligerantes poderiam navegar pelas águas fluviais brasileiras, em obediência aos tratados de livre navegação existentes, mas o Brasil poderia limitar o seu número;
- 2) As belonaves estrangeiras não poderiam engajar-se em operações de guerra, apresar unidades inimigas, nem reforçar sua capacidade militar;
- 3) Navios pertencentes aos beligerantes só poderiam permanecer em águas brasileiras por 24 horas e abastecer-se apenas dos elementos essenciais à sua segurança ou para alcançarem águas nacionais;
- 4) Em caso de desobediência a essas regras, as unidades beligerantes envolvidas seriam internadas, inclusive suas guarnições;
- 5) Navios colombianos que chegassem ao teatro de operações através de águas brasileiras não poderiam por elas passar novamente para reinvestirem contra posições inimigas (porque, nesse caso, estariam utilizando território brasileiro para objetivos de guerra).

Após diversas reuniões e debates diplomáticos em torno do conflito, no dia 7 de janeiro de 1933, o Correio da Manhã noticiou que o conflito de Letícia seria resolvido no Brasil. Os representantes diplomáticos dos governos da Colômbia e do Peru presentes em Washington concordaram que o litígio de Letícia fosse estudado no Rio de Janeiro. No entanto, a mobilização de tropas e a aquisição de material prosseguiram.

Os órgãos do governo brasileiro continuavam monitorando os acontecimentos. O ofício enviado pelo Ministério das Relações Exteriores ao Exército no dia 10 de janeiro de 1933, encontrado na documentação analisada em nossa pesquisa, serve para entendermos como se dava a chegada de material bélico na zona do conflito. O documento trata do trânsito pelo Brasil de armas para o Peru:

Tenho a honra de acusar recebimento do aviso nº 2, de 6 do corrente, no qual Vossa Excelência consulta este Ministério sobre a permissão de embarque, em Liverpool, com transbordo em Belém ou Manaus para navios da Amazon River Navigation, de quatrocentas toneladas de armas e munições, destinadas a cidade de Iquitos, no Peru. Em resposta, cabe-me levar ao seu conhecimento que este Ministério nada tem a opor no embarque do referido armamento.

O documento demonstra o volume de material bélico adquirido pelo Peru junto à Inglaterra. Deixa claro também o papel dos portos brasileiros no apoio aos países beligerantes. Havia necessidade de transpor as cargas que chegavam aos grandes portos da região, Belém e Manaus, a bordo de navios cargueiros transoceânicos, para embarcações menores que pudessem adentrar os rios da região e alcançar não só a zona de conflito como também as diversas navegar localidades nas quais os rios e portos eram menores.

Outro ponto elucidado pelo documento diz respeito ao papel das instituições quanto às autorizações para trânsito de cargas nos rios brasileiros. Conforme vimos, cabia ao Ministério das Relações Exteriores autorizar e às Forças Armadas, basicamente, o papel de fiscalizar as embarcações que se destinavam aos países em conflito. Outro problema vislumbrado a partir da análise elementos do texto acima, diz respeito ao tempo de permanência das embarcações nos portos brasileiros, tendo em vista que a transposição de um volume de cargas tão alto levava alguns dias para ser feita.

Em janeiro de 1933, diversas forças brasileiras já operavam nos rios da região. O jornal O Correio da Manhã publicou, em 12 de janeiro de 1933, a chegada em Manaus do navio Floriano, que estava há 34 dias na fronteira. Regressou para essa cidade a fim de reabastecer-se de víveres e combustível e de fazer a passagem de comando do capitão Ápio Couto para o capitão Lemos Basto. Ao falar sobre suas impressões sobre a zona de conflito, Ápio Couto relatou que, para ele, os peruanos preferiam que o território em litígio fosse policiado pelo Brasil e não pelos colombianos. Esses, entretanto, se mostraram corteses, amáveis e confiantes em que fosse respeitado o Tratado Salomón-Lozano. Não havia, segundo o relato do oficial, qualquer sinal de hostilidades por parte das nações beligerantes às tropas brasileiras presentes na região da fronteira.

Em 16 de janeiro, foi publicada a notícia de que passageiros chegados a Manaus vindos da fronteira relataram que os peruanos se preparavam com grande cuidado para a defesa de Letícia. A fronteira estava guarnecida com cerca de mil homens, para mais, e a cidade dormia às escuras. Em Iquitos permaneciam de prontidão oito aviões de bombardeio de vários tipos. Acrescentaram que os peruanos estavam dispostos à

luta, desenvolvendo grande atividade bélica em todo o departamento de Loreto. O general Vasquez recebeu em Manaus telegrama do general Victor Ramos, comandante da quinta divisão peruana, sediada em Iquitos, dizendo que estranhava o avanço das tropas colombianas em direção à fronteira, tendo em vista que a Colômbia pleiteava uma solução pacífica, e que impediria o acesso destas forças a Letícia.

A comunicação ganhou grande peso quando o cônsul do Peru em Manaus informou ao comandante colombiano que o general Ramos falava em nome do governo peruano. Outra informação importante era a de que três embarcações da Marinha brasileira já se encontravam em Manaus prontas para seguir para a zona de Letícia. Esses navios foram incorporados à flotilha, sob o comando do agora capitão de mar e guerra Lemos Basto.

À medida que as tensões na zona de fronteira aumentam, as menções no jornal também crescem. Publicações diárias tratam do deslocamento de tropas e do aumento das hostilidades. No dia 18 de agosto de 1933 foi publicado que o Peru adotou diversas providências de caráter militar para tentar frustrar qualquer tentativa colombiana de retomada do território. Para isso, reforçou a defesa na região do Putumayo, tendo o ministro da Guerra se encarregado pessoalmente de vistoriar as posições. Outra notícia contava que as forças colombianas partiram de Manaus para a região de Letícia, do Putumayo e de Iquitos. Seriam auxiliados por uma esquadrilha de bombardeio e teriam o objetivo de impedir que Letícia recebesse reforços vindos de outras regiões do Peru e de Iquitos. Com relação às tropas brasileiras, o Correio da Manhã noticiou a partida para Tabatinga do navio fluvial Alegria, transformado em "aviso" e armado com quatro canhões 75.

A presença da flotilha colombiana em águas brasileiras fez crescer as tensões entre o Brasil e o Peru. Podemos constatar tal fato na carta enviada pelo enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Peru ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil — que consta do acervo do Exército. Nela, o representante do Peru cobrou do governo do Brasil o compromisso de não permitir que a flotilha colombiana realizasse disparos contra posições peruanas a partir das águas territoriais brasileiras. Alegou que tais disparos obrigariam os peruanos a responder com tiros, que viriam a atingir o território brasileiro.

No mesmo documento, o representante peruano afirmou que a flotilha havia saído de Manaus em direção a Tabatinga, não obstante as solicitações em contrário do governo brasileiro. Tal afirmação obrigou o Ministério das Relações Exteriores a se posicionar. Segundo Afrânio de Mello Franco, o representante peruano estava equivocado, pois o Brasil não se ofereceu, muito menos se comprometeu a obter da Colômbia a permanência por tempo indeterminado da flotilha em Manaus, pois essa se dirigia para seu próprio território.

O representante brasileiro pontuou também que o Brasil havia pedido que a flotilha colombiana aguardasse as negociações em torno da aceitação, por parte do Peru, das demandas da Colômbia. Conseguiu que a flotilha permanecesse em Manaus por alguns dias. No entanto, diante da indefinição peruana, o representante colombiano no Rio de Janeiro informou que, por motivos dignos de consideração, ordenou o prosseguimento da viagem dos navios, acrescentando que poderiam retroceder de qualquer outro ponto, desde que se tornasse desnecessária a sua missão de restabelecer a ordem em seu território. Em 26 de janeiro de 1933, a 1ª Divisão Naval da Marinha do Brasil fundeu em Belém, onde permaneceu pronta para apoiar a Flotilha do Amazonas, que se achava desfalcada das canhoneiras Missões e Ajuricaba, praticamente imprestáveis. Por determinação do ministro da Marinha, foi incorporado à divisão o navio Rio Branco, ex-Ruth, que, atracado no porto da capital paraense desde que chegara dos Estados Unidos, acabou apreendido.

Essa unidade recebeu o necessário armamento e guarnição brasileira. A embarcação foi apreendida quando se dirigia para São Paulo, adquirida que fora pelos rebeldes constitucionalistas.

No dia 13 de fevereiro, a Colômbia considerou encerrados quaisquer esforços de mediação. Sua flotilha, a comando do general Vasquez Cobo, subiu o rio Solimões e se dividiu na foz do rio Içá. Um grupo subiu o Içá, o outro continuou pelo Solimões na direção de Tabatinga e Letícia. Esse último ficou estacionado em Tocantins, pouco além da foz do rio Içá, e antes dos portos brasileiros de Tabatinga e de Benjamin Constant.

A partir de 14 de fevereiro de 1933 aconteceram diversos combates na região entre forças peruanas e colombianas. As forças brasileiras desdobradas pelo na região monitoraram os acontecimentos e atuaram de diversas maneiras. Constam da documentação analisada diversos documentos e um Inquérito Policial Militar instaurado para apurar se o território brasileiro foi utilizado como depósito logístico das forças peruanas e colombianas. Tarapacá, Isla Chavaco, Guepí, Calderón, rio Algodón, são alguns dos combates ocorridos durante a Guerra Colombo-Peruana.

Enquanto ocorriam as disputas na zona do conflito, se sucediam os trabalhos diplomáticos no Rio de Janeiro, em Washington e em Genebra. Um fato importantíssimo mudou o rumo das negociações: o assassinato do general Sanches Serro presidente do Peru, em 30 de abril de 1933. Imediatamente após assumir a Presidência do país, o general Oscar R. Benavides convidou o senhor Alfonso López Pumarejo, diplomata colombiano que seria eleito em 1934 presidente do país, antigo colega na corte de Londres, para discutir com ele, em Lima, e de maneira privada, uma solução para a guerra colombo-peruana.

Dessa forma, verifica-se que a mudança de presidentes contribuiu fundamentalmente para alterar a posição peruana dentro do conflito (grifo do editor).

Reunidos em Lima até 21 de maio, eles chegaram a uma solução para o conflito. Embora nada tenha sido publicado a respeito, sabe-se que a amizade entre os dois estadistas possibilitou estabelecer um acordo para pôr fim às hostilidades e abrir caminho para novas negociações no terreno diplomático. Fato é que, em 22 de maio, Lopez se dirigiu para a Colômbia com o acordo, o Congresso Peruano aceitou o que fora discutido entre Lopez e Benavides, e a Liga das Nações foi informada da aceitação peruana da minuta do acordo. Por ele, seriam rediscutidos o Tratado Salomón-Lozano, as tropas colombianas desocupariam as cidades peruanas em seu poder e a administração da cidade de Letícia ficaria a cargo de uma comissão internacional designada pela Liga das Nações.

Assim, no dia 25 de maio de 1933, o Comitê da Liga das Nações para o Conflito de Letícia conseguiu celebrar um acordo entre os países litigantes. O território do Trapézio Amazônico seria entregue a uma Comissão Administradora que o governaria durante o período de um ano, necessário para que Colômbia e Peru discutissem os termos do Tratado Salomón-Lozano nos fóruns internacionais. A partir daquela data foi então nomeada a Comissão Administradora da Liga — que governou Letícia até 24 de maio de 1934 — composta pelo coronel dos EUA Arthur Brown, pelo capitão de Mar e Guerra brasileiro Alberto de Lemos Basto e pelo coronel espanhol Francisco Yglesias.

Conclusão

O Protocolo de Amizade e Cooperação do Rio de Janeiro, assinado em 24 de maio de 1934, foi, sem dúvida, uma simples fórmula diplomática de conciliação. Não resolveu a questão de Letícia, que encerrava um complexo de pretensões territoriais antagônicas perfeitamente delineadas. Encaminhou, apenas, o

problema para uma futura solução satisfatória. Atendendo as teses diplomáticas defendidas por Colômbia e Peru, o Protocolo não pôde contemplar todas as reivindicações. Se, por um lado, garantiu o respeito ao Tratado Salomón-Lozano, tese colombiana, por outro, deixou aberta a porta a uma posterior revisão do mesmo pela justiça internacional (tese peruana).

Deixando em suspenso o problema territorial, adiando sua solução, o Protocolo teve, no entanto, um grande resultado prático e moral: fez cessar a guerra não declarada que dividia dois povos irmãos e entregou à diplomacia e à justiça internacional o que se ensaiava liquidar pela força bruta. Após a assinatura do documento, organizou-se uma comissão mista, incumbida de "zelar pela execução dos acordos especiais sobre alfândega, comércio, livre navegação dos rios, trânsito e policiamento das fronteiras".

Desta forma, os conflitos e disputas na região do Trapézio Amazônico, que tiveram origem nos tempos da América Colonial, estavam ainda longe de uma decisão final. Para compor e presidir a Comissão Mista, o presidente Getúlio Vargas escolheu, de uma lista de nomes, o general de divisão Cândido Mariano da Silva Rondon. Tal escolha foi feita a contento das duas partes envolvidas.

O general Rondon, juntamente com a Comissão, permaneceu de 1934 a 1938 como mediador, tendo restabelecido a paz na Tríplice fronteira. Para isso, literalmente mudou-se para a região do Trapézio Amazônico, estabelecendo a sede da Comissão em La Vitória, fazenda onde os peruanos se prepararam para invadir Letícia, despachando de lá diversos documentos que foram enviados para diferentes órgãos dos países envolvidos no conflito. Seu conhecimento da região, seu prestígio internacional e sua habilidade diplomática foram decisivos para o sucesso da missão.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. 80 anos da obra projeção continental do Brasil, de Mário Travassos. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, São Paulo, v. 29, 2015.
- BOURNEUF, Pierre-Etienne Bourneuf: 'We Have Been Making History': The League of Nations and the Leticia Dispute (1932–1934). *The International History Review*, 2016. Disponível em: < [https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We_Have_Been_Making_History%E2%80%99_The_League_of_Nations_and_the_Leticia_Dispute_\(1932-1934\).pdf](https://limun.org.uk/FCKfiles/File/%E2%80%99We_Have_Been_Making_History%E2%80%99_The_League_of_Nations_and_the_Leticia_Dispute_(1932-1934).pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Acervo Questão Leticia Pasta 1*. Rio de Janeiro, 1934
- BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. *Acervo Questão Leticia Pasta 4*. Rio de Janeiro, 1934. (1934b)
- BRASIL. Decreto Nº 2.728, 16 de 6 de junho de 1938. Promulga a Convenção sobre manutenção, garantia e restabelecimento da paz, e o Protocolo Adicional relativo a não-intervenção, firmados em Buenos Aires a 23 de dezembro de 1936, por ocasião da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz. Rio de Janeiro, 1938.
- BRASIL. Exército Brasileiro. *Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no chaco boreal, e seus antecedentes* (relatório secreto). Rio de Janeiro: Imprensa do EME, 1935.
- CAMACHO ARANGO, C. Historia narrativa de la toma y ocupación peruana de Leticia (Colombia, río Amazonas, septiembre de 1932). *HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local*, [S.l.], v. 8, n. 15, p. 335-368, 2016. DOI: 10.15446/historelo.v8n15.48737. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/historelo/article/view/48737>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CAPDEVILA, Luc; COMBÈS, Isabelle; RICHARD, Nicolás; BARBOSA, Pablo. *Los hombres transparentes. indígenas y militares en la guerra del Chaco (1932-1935)*. Cochabamba: Instituto de Misionología, 2010, p. 24.
- COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia brasileira na questão de Leticia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Paraguaí: Mediterraneidade e Po-

lítica Externa até 1989. *Monções*, v. 4, n. 7, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/viewFile/4304/2276>. Acesso em: 6 jun. 2019.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.

ELTZ, André Henrique. Ocultação indígena na Guerra do Chaco (1932-1935). *Revista Labirinto*, Porto Velho, v. 23, p. 22-64, 2015.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha Brasileira no período entre as guerras (1918-1942). In: *História Naval Brasileira*, v. 5. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma revolta esquecida: O Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PUENTE, Rafael Calvo. *Recuperando la memoria: una historia crítica de Bolivia*. Tomo 1. Santa Cruz: Fundación Colonial Pirai, 2011.

QUEREJAZU, Roberto Calvo. *Historia de la guerra del Chaco*. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1998.

RODRIGUES, F. S. Análise das tensões nas fronteiras da Amazônia observadas através dos documentos do Exército Brasileiro produzidos na primeira metade do século XX. *Revista Navigator*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, 2018. Disponível em: https://www.revistanavigator.com.br/navig28/dossie/N28_dossie5.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

RODRIGUES, F. S.; SILVA, Érica Sarmiento da. A Guerra do Chaco vista pelos olhares dos militares do Exército Brasileiro (1932-1935). *Secuencia*, n. 3, jan.-abr. 2019.

SILVEIRA, Helder Gordim da. A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 4, p. 649-667, jul.-dez. 2009.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2017.

ZOOK, D. H. Jr. *La conducción de la Guerra del Chaco*. Buenos Aires: Ed. Lito, 1962.



Para pesquisas mais aprofundadas sobre a Guerra Perúvio-Colombiana consultar:
http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-94962017000100007

A Amazônia não precisa de "salvação" — ou de "salvadores"

(Fonte: Movimento de Solidariedade Íbero-Americana - MSIA)

A confirmação dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, a prisão dos assassinos e a continuidade das investigações sobre o crime não ensejaram uma redução das pressões externas contra o Brasil. Ao contrário, assim como já havia ocorrido nos casos de Chico Mendes, em 1988, e Dorothy Stang, em 2005, igualmente solucionados com rapidez, o aparato internacional encarregado de instrumentalizar as questões ambientais e indígenas para uma campanha permanente contra o desenvolvimento nacional, em especial, da Amazônia, subiu de tom.

O Departamento de Estado dos EUA proclamou a necessidade de uma "prestação de contas" pelos crimes. "Pedimos prestação de contas e justiça — precisamos fortalecer coletivamente os esforços para proteger defensores do meio ambiente e jornalistas", escreveu no Twitter o porta-voz Ned Price (UOL, 17/06/2022).

No Parlamento Europeu, a eurodeputada alemã Anna Cavazzini, vice-presidente da delegação da entidade para o Brasil, sentenciou: "As autoridades brasileiras devem investigar imediatamente os antecedentes destes assassinatos e levar os responsáveis à Justiça (UOL, 16/06/2022)."

O Escritório de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas também se juntou ao coro de exigências, com uma nota enviada à BBC:

"Instamos as autoridades brasileiras a ampliar seus esforços para proteger os defensores dos direitos humanos e os povos indígenas de todas as formas de violência e discriminação, tanto por parte de atores estatais quanto não estatais (Correio Braziliense, 16/06/2022)."

Independentemente de quaisquer outras considerações, os assassinatos foram atos covardes e pedem investigação plena e punição. Todavia, brasileiros precisam parar de fazer autos de fé em relação a quaisquer fatos negativos envolvendo a Amazônia e não precisam se justificar ao mundo, como se fossem guardiões relapsos de um suposto patrimônio da humanidade. Embora seja esta a imagem adotada e transmitida pela militância "verde-indígena" e seus controladores, o Brasil simplesmente não pode aceitá-la.

Assim como a Rússia não faz contrições sobre os incêndios na Taiga siberiana ou o Canadá sobre os da sua Floresta Boreal, o Brasil não precisa fazer isso a cada informe sobre desmatamentos ou incêndios na Amazônia Legal. Lembrando que a área preservada do bioma Amazônia, 3,5 milhões de quilômetros quadrados, representa uma extensão maior que a Índia.

Quanto à escassa presença do Estado e suas instituições, principalmente, na área de abrangência do bioma, alvo de referências recorrentes dos candidatos ajuízes do Brasil, ela é uma realidade decorrente, em grande medida, do fato de a Amazônia Legal ser a região menos desenvolvida do País. Condição que, por sua vez, é grandemente influenciada pelas dificuldades de realização de projetos de infraestrutura, mineração e outras atividades econômicas, devido às restrições socioambientais instrumentalizadas por aquele aparato antidesenvolvimentista.

E quantos desses militantes urbanóides, a maioria vivendo a milhares de quilômetros de distância, se preocupam com a sorte dos 60% de amazônidas sem acesso à água tratada e dos 87% que não dispõem de saneamento básico? Dos milhões que vivem de atividades primitivas como o extrativismo, sem acesso à educação, infraestrutura, saúde, trabalho digno e a oportunidades de melhoria de vida?

Em suma: a Amazônia não precisa de "salvação" ou de "salvadores", mas, como todo o Brasil, de desenvolvimento pleno dos seus vastos potenciais humanos e naturais, inclusive para as suas populações indígenas. Definitivamente, isto não combina com a imagem idílica de "redoma intocável" como é vista por muitos desinformados, envolvendo a Amazônia e, principalmente, pelos fariseus do ambientalismo-indigenismo.



Citação do General Agostinho Raymundo Gomes de Castro (reformado) em 1921, nos pródromos do movimento tenentista:

“No passado, já tivemos a oportunidade de dizer ao pé do túmulo de Floriano Peixoto e repetimos agora, que esta extravagância de elevar o Exército à posição de tutor da nação é uma afronta à dignidade nacional... A nação é civil e não militar, a despeito desta megalomania militarista de nação armada”



A História do Correio Aéreo Militar, antecessor do CAN – Relato de dois aviadores na Amazônia na década de 1930

Fonte: SILVA, Hélio. A vez e a voz dos vencidos. Petrópolis: Vozes, 1988

No início da década de 30, o General José Fernandes Leite de Castro, então ministro da Guerra, com elevado patriotismo, procurou tornar o Exército menos oneroso aos cofres da Nação e mais autônomo dentro de suas necessidades e possibilidades.

Assim, a Força por ele comandada passou a executar missões fora das normais, algumas de utilidade pública, além daquelas de caráter militar. Entre o muito que fez,

- criou e desenvolveu fábricas destinadas à produção de materiais que o Exército adquiria no exterior, possibilitando novos trabalhos e a formação de técnicas modernas entre os brasileiros;
- ativou e ampliou batalhões de engenharia encarregados de abrir estradas na vastidão territorial, tão carente de meios de comunicação; e
- determinou o funcionamento de escolas regimentais em todos os quartéis, com a finalidade de alfabetizar os soldados conscritos privados dessa condição, sem a qual não obteriam baixa das fileiras.

Quanto à 5ª Arma do Exército na época, a Aviação, teve a ideia de aplicá-la em atividades de Correio Aéreo. Além de maior desenvolvimento nas coisas inerentes ao vôo, como a navegação em diversos climas e terrenos das extensões continentais do Brasil, os aviadores prestariam inestimável serviço às populações do interior, adquirindo ainda conhecimento da amplidão a defender e das condições sócioeconômicas do País. Naturalmente, isso os tornaria mais patriotas.

Embora a reação de alguns oficiais superiores, aqueles que diziam não ser honroso assemelhar suas fardas às de simples estafetas de correio — homens que tinham aversão ao vôo e pretendiam atingir o generalato numa aviação pequenina, marchando a pé, sem manchas de óleo e cheiro de gasolina - a ideia do general Leite de Castro escudouse na mocidade da 5ª Arma e vingou. E, não tardou, os aviões do Correio Aéreo Militar, deixando a estreiteza do Campo dos Afonsos, atingiram os mais longínquos pontos do Brasil.

Dando assistência a brasileiros que viviam isolados há séculos, por vezes ilhados e esquecidos em lastimável estado de miséria, o Exército mais dignificou-se perante o povo a que serve e sustenta, mostrando-se, na época, bem diferente de outros exércitos, opressores de seus concidadãos.

Foram os aviadores, como novos missionários, que retomaram o contato com os índios já familiarizados com o general Rondon; e o brigadeiro Ricardo Nicoll deixa o seu depoimento de autêntico missionário relatando a engenharia aeronáutica das sebas.

Os índios, estes seres cuja selvageria geralmente só se manifesta em reação à brutalidade dos supostos civilizados, também participaram de muitos episódios do Correio Aéreo. Craós, Xerentes, Apinajés, Urubus e Gaviões, mais numerosos no passado, ainda mantêm suas tribos nas matas que margeiam o Tocantins. Clareiras na floresta mostram esta ou aquela taba, por vezes servidas como referência ao vôo do Vermelhinho.

Se de início acautelavam-se espreitando o avião à distância, o tempo os familiarizou à máquina voadora, a ponto de, em algumas localidades, concorrerem com os demais habitantes nos pedidos aos pilotos. Filósofos por natureza, sem dinheiro e sem noção das regras comerciais, exageravam-se nas solicitações. Nascidos e criados sob a lei de que tudo existe para ser igualmente distribuído e gozado por todos, talvez julgassem ser o resto do mundo constituído de imensa e harmoniosa tribo.

Incompreendido, inculto mas inteligente, despido no corpo e na alma das mazelas do processo, profundamente humano e exemplar na vida comunitária, assim é o índio brasileiro, como comprova o episódio abaixo.

Na cidade de Pedro Afonso, médio Tocantins, enquanto o sertão aguardava para despertar com o sol, dois pilotos do Correio Aéreo já caminhavam em terra prestes a iniciar a marcha pelo ar. Aproximando-se do avião, notaram que aguerrido índio, arco e flecha a tiracolo, mantinha-se como vigilante sentinela do aparelho.

E o dia começava a raiar, enquanto se desenrolava rápida cerimônia, seguida de estranho pedido. Terminada a oferta de suas armas aos pilotos em sinal de paz, o silvícola volta-se para determinada direção. Repetidamente, eleva a mão na vertical, traça no céu longa trajetória até a linha do horizonte, roga que o avião percorra o caminho indicado e pouse no campo construído pelos Xerentes. Pelo universal idioma da mímica e consultada a carta, os aviadores concluem que o suposto aeródromo indígena localizava-se na confluência dos rios Sono e Balsas, curto salto para o Vermelhinho¹.

Seguindo o rumo tantas vezes indicado pelo índio, após quinze minutos, a floresta apresenta aos pilotos o que mais lhes parecia miragem ou milagre. Em grande clareira recentemente aberta na mata e junto aos rios citados, lá estava a cópia fiel do campo de Pedro Afonso. Semelhante orientação em relação aos pontos cardeais, idêntico na forma, de iguais dimensões. Na ponta do mastro, erguido na extremidade do mesmo ângulo, comprida tira de pano substituía a biruta, indicando a direção do vento. Desejosos de participar do progresso, provavelmente os Xerentes admitissem que todos os aeroportos do mundo tivessem aquela forma.

¹ Avião monomotor norte-americano Maule, de quatro lugares, de cor vermelha.

Enquanto o avião baixava e circulava para observar as condições de pouso, aumentava a correria em terra. Esvaziadas as malocas, não tardou que o campo se visse totalmente cercado pelo reluzir de corpos bronzeados. Em atendimento à ansiada esperança e como jamais acontecera em qualquer aeroporto, o Vermelhinho aterrissa entre o mais vivo e expressivo balizamento.

Parada a hélice, a cerca humana transforma-se no maior bolão de nudez, enfeitado ao centro pelo avião. Na qualidade de chefe, o cacique dá início à recepção. Deposita grande arco aos pés dos pilotos e oferece-lhes as duas únicas e lindas flechas que portava. Em seguida, apontando ao céu, ao campo, ao avião e aos demais índios, saúda-os na gutural linguagem das selvas, tudo se resumindo para os pilotos em curta e sentimental palavra-gratidão.

Mas outras eram as aspirações dos Xerentes, além daquela manifestação. Em entrevistas com o cacique, sob o teto de frondosa árvore e com inteligente índio, na qualidade de intérprete, concluem os aviadores quanto à finalidade daquele campo. Como acontecia na grande “taba” de Pedro Afonso, no dizer do chefe indígena, os Xerentes também desejavam participar dos benefícios oferecidos pelo Correio Aéreo.

Regado o encontro com caium², champanhe dos índios, seguem-se os inúmeros pedidos. À medida que anotados, o intérprete explicava aos companheiros a magia da escrita, mostrando-lhes o papel e o lápis em mãos do piloto. Grande é a alegria, quando admitiram que, em busca de solução, os desejos da tribo subiriam ao encontro dos deuses.

Novamente balizado pelos índios, agora mais esperançosos, o Vermelhinho decola rumo a Belém, onde chega ao anoitecer, após o pouso em mais cinco tabas de civilizados.

E enquanto os Xerentes ansiavam pelo retorno do avião, os aviadores tentavam atender no possível sua enorme relação de pedidos, condicionando-a à possibilidade de carga do pequeno aparelho. Procurando o órgão competente, pouco lhes ofereceu o Serviço de Proteção aos Índios, onde as verbas se esgotavam na burocracia interna. Restava-lhes catar alguns materiais no Destacamento do Correio e adquirir parte da lista com as próprias economias.

Com excesso de peso, mas sentindo-se leve de tanta satisfação, mais três dias o avião executa nova decolagem de Pedro Afonso. Segue a visão da mão indígena a indicar-lhe o caminho e reinaugura o campo dos Xerentes.

Confiantes na palavra dos pilotos, todos na tribo haviam-se esmerado para o grande momento. Corpos desenhados com tinta de urucum, índios e índias ostentavam variado colorido de plumagens. Enfeitavam-se com largos colares e braceletes, adornos confeccionados com a fibra e as sementes do arvoredo ao lado. Apresentavam-se como se os elementos da floresta, misteriosamente em festa, houvessem criado alma e caminhassem ao encontro do avião.

Muito de pitoresco e significativo ainda estava por acontecer. Sem que alguém se apossasse do material chegado, todas as peças são levadas ao centro da taba, ficando inicialmente expostos à admiração geral. O cacique, após minucioso exame de cada objeto, passa a distribuí-los, causando interessantes manifestações naquela gente simples.

Nua, mas vaidosa no par de sandálias a dificultar-lhe os passos, a mulher do chefe indígena passa a desfilar entre as demais índias, qual modelo em grande passarela. Em segundo ato, enfia desajeitadamente os dedos nos olhais de reluzente tesoura e não se cansa em experimentá-la nas folhas de bananeira.

Dez metros de fumo de rolo são transformados pelo cacique em pequeninos pedaços. Mascados demoradamente, centenas de bocas babavam e se deliciavam com o produto, tal como crianças a apreciar gostosos bombons.

E o sal? Não se destinava a tempero de cozinha, como suposto. Organismos carentes dessa substância rápido dão cabo a vinte e cinco quilos. Aberto o saco e regulado disciplinado rodízio, o contemplado da vez enfiava o dedo no pacote, chupava-o e retornava ao fim da fila, aguardando nova oportunidade. Nada além do dedo indicador era permitido na operação, ordem do cacique cumprida sem fraudes. No palco verde do sertão, representaram o maior chupa-dedos do mundo.

Cerca de vinte jardas usadas proporcionaram inédito espetáculo. Cabendo aos mais idosos uma única peça, cômico era vê-los experimentá-las, por vezes vestindo-as pelo avesso. Mais cômico ainda quando o pelotão de índios se apresenta uniformizado. Portando cocás e outros enfeites, alguns usavam somente calças, enquanto outros trajavam unicamente túnicas. Caminhavam tolhidos dentro do pano, mas sem complexos e livres de preconceitos, mostravam-se alegres naquela roupagem e apreciados pelos demais por sua elegância.

Por fim, o cacique convoca a tribo. Com firmeza nas mãos, eleva afiado machado e demonstra seu uso. Repete a cena com dois facões e outras ferramentas, enquanto todos o ouviam em atitude de aprovação. Aqueles objetos, na

² Bebida proveniente da fermentação do milho ou mandioca. Mastigados pelas índias e misturado à saliva, o produto é guardado em recipiente chamado cauaba.

explicação dada aos pilotos pelo intérprete, seriam guardados para uso geral e juntados aos demais utensílios assim existentes na tribo.

Prolongando o que mais lhes parecia sonho, como também em atendimento a insistentes convites, os aviadores decidem pernoitar entre os Xerentes. Sentindo-se honrados, voltando ao natural e sem as incomodativas roupas, índios e índias apressam-se no preparo de grande festa.

E a noite chega com o terreiro iluminado por elevados archotes. Ao centro, enorme fogueira transformava cinco macacos, a pouco retirados de enorme gaiola, no mais original dos churrascos.

Peixes apanhados no viveiro ao lado do rio assavam enterrados à flor da terra, debaixo de rasteiros braseiros, ainda com escamas e tripas.

Enquanto as mulheres davam o toque final ao banquete com grandes cuias contendo biju e caium, os homens executavam a dança da onça ao redor da fogueira. Grossas e compridas flautas marcavam o compasso e imitavam o ronco da fera. Rondando em torno do fogo, ora recuando, ora avançando, por vezes os índios abaixavam-se com os arcos, lanças e tacapes em posição de ataque, fingindo investir contra o inimigo.

Mais desajeitados que a índia nas sandálias ou os índios nas fardas, vêem-se os aviadores na hora da comilança. Distinguidos com a melhor parte do churrasco, duas coxas de macaco, os peixes mais apreciados, cuias contendo biju e caium, inicialmente sentem-se apavorados. Mas, levados pela fome e o hábito de enfrentar momentos tempestuosos, aos poucos entregam-se ao festim como qualquer dos presentes.

Julgados pela direção do Correio Aéreo como se placidamente repousassem na taba de Pedro Afonso, os pilotos findam o dia em completa confraternização com os Xerentes. Carne de macaco no estômago, sangue de macaco nas veias, alma inebriada pelo caium, nus da cintura para cima, mãos dadas às índias e aos índios, fingindo investir mais contra mansinhos gatos que propriamente ferozes onças, eles pularam, dançaram, suaram o corpo e a alma até tornarem-se também silvícolas.

Em espaçosa rede de tucum, nos aposentos da floresta virgem, às margens do Sono, dois pioneiros do Correio Aéreo descansaram de inesquecível noite indígena. Abaixo, o avião Maule.



O General José Fernandes Leite de Castro

José Fernandes Leite de Castro nasceu em Cruz Alta (RS) em 05 Out 1871. Seu pai, o marechal João Vicente Leite de Castro, escreveu o livro *Pátria, honra e dever*, que durante muito tempo serviu como manual de disciplina no Exército. Sentou praça em fevereiro de 1887, ingressando na Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS). Fez o curso de artilharia e, em 1890, tornou-se alferes. Participou da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul ao lado do governo e foi promovido a primeiro-tenente em 1894. Com essa patente, comandou a única bateria de artilharia de campanha durante a batalha da Armação (9/2/1894) em Niterói (RJ), uma das muitas que se travaram durante a Revolta da Armada, movimento contra o governo de Floriano Peixoto. Ainda no mesmo posto, foi nomeado instrutor do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1896 foi designado membro da Comissão dos Trabalhos de Fortificação das Barras de Santos (SP) e de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1897, auxiliou na elaboração do projeto de reconstrução da fortaleza de Santa Cruz, ainda no Rio de Janeiro. Em 1901, foi promovido a capitão. A fim de proceder a estudos sobre material bélico, em 1907 seguiu em comissão para a Europa, onde permaneceu até 1909. Em 1910, por ocasião da revolta dos praças na ilha das Cobras, servia na guarnição do Rio de Janeiro. Comandando o 1º Grupo de Obuseiros, da artilharia, foi escolhido para bombardear o quartel do Batalhão Naval, fato decisivo para que se debelasse imediatamente o levante. Em 1911, foi promovido a major. No governo de Venceslau Brás (1914-1918), devido aos seus conhecimentos técnicos, foi designado para chefiar uma missão militar à Europa para a aquisição de material bélico. Em 1916 foi

promovido a tenente-coronel. Logo após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha (15/10/1917), foi para a França (1918) como membro e, depois, como chefe da missão incumbida de estudar as operações bélicas. Ali ficou adido ao estado-maior da artilharia do Exército do general Charles Marie Emmanuel Mangin. Foi incumbido de elaborar planos de locomoção das forças aliadas, logrando vê-los aprovados pelas autoridades militares francesas que, ao término da guerra, indicaram seu nome à Sociedade das Nações para compor a comissão de limites da bacia do Sarre. Promovido a coronel em 1919, passou a exercer no mesmo ano a chefia da Comissão de Estudos de Operações e Aquisição, cargo em que se manteve até 1928. Em 1922, foi promovido a general-de-brigada, sendo depois nomeado diretor-geral de artilharia. Em 1927, foi membro da Comissão de Promoções do Exército e Juiz do Conselho de Justiça Militar. Em 1928, desempenhou as funções de inspetor de defesa da costa. Quando eclodiu a Revolução de 1930, encontrava-se em Nova Friburgo (RJ), de onde veio para o Rio de Janeiro a fim de participar do movimento. Integrou o grupo de militares que depôs o presidente Washington Luís. Com a instalação do Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, foi escolhido para ocupar o cargo de ministro da Guerra (3/11/1930). Fez parte do “Gabinete Negro”, denominação dada pela imprensa da época aos encontros informais dos chamados “jovens revolucionários” com Vargas, no palácio do Catete, para discutir os rumos da revolução. Esse contato com Getúlio era uma forma de pressioná-lo a manter-se dentro do ideário tenentista de continuação do movimento. O Gabinete Negro pode ser considerado o embrião do Clube 3 de Outubro, do qual Leite de Castro foi um dos incentivadores. Em novembro de 1930, ele assinou, juntamente com Osvaldo Aranha, José Isaías de Noronha, Francisco Campos, João Batista Luzardo e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, um telegrama em que se sugeria ao governador de Minas Gerais, Olegário Maciel, a formação da Legião de Outubro, destinada a sustentar a revolução. Como ministro da Guerra, Leite de Castro atravessou um período administrativo muito difícil, devido às enormes dificuldades financeiras por que passava o país e também à indisciplina reinante do Exército, para cuja normalização tomou inúmeras providências, obtendo êxito em quase todas. Em sua gestão, o Estado-Maior do Exército cuidou da reorganização geral do Exército, da mobilização e do ensino militar. Todas as escolas e cursos passaram a funcionar. Foram também selecionadas comissões para tratarem de vários problemas: comercialização da produção das fábricas e arsenais, Lei do Sorteio Militar, Lei de Promoções, reorganização de departamentos administrativos e da Justiça Militar, sistema de fundos e outros. Foi criado (junho de 1931) o Correio Aéreo Militar. Constituiu-se ainda, com apoio do Ministério da Guerra, uma comissão de especialistas para estudar e propor medidas que visassem a implantar a ampla industrialização do ferro no país. Em janeiro de 1931, Leite de Castro foi promovido a general-de-divisão. Durante a interventoria de Laudo Ferreira de Camargo (julho-novembro de 1931) em São Paulo, participou de repetidas conferências com Vargas, Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, e Abraão Ribeiro, secretário de Justiça do estado, na tentativa de encontrar uma solução para o impasse criado pela oposição entre os tradicionais grupos políticos paulistas, desejosos de reconquistar o poder, e os adeptos do tenentismo, liderados por Miguel Costa, que queriam preservar e aprofundar a revolução. Em fevereiro de 1932, o *Diário Carioca* foi empastelado pelos tenentistas, o que foi considerado uma provocação aos políticos da Frente Única Gaúcha (FUG) e a seus representantes no ministério. Vargas não esclareceu o caso, e isso provocou o rompimento entre os gaúchos e o chefe do governo. Em março, pediram demissão de seus cargos Maurício Cardoso, novo ministro da Justiça; Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal; Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e João Neves da Fontoura, conselheiro do Banco do Brasil. Deslocaram-se, em seguida, para o Rio Grande do Sul, onde começaram uma acirrada campanha pela constitucionalização do país. Em maio de 1932, Leite de Castro enfrentou uma nova crise militar, que se tornou conhecida como o “caso dos rabanetes e picolés”. Anistiados pela Revolução de 1930, os revolucionários de 1922 (“picolés”) foram em seguida reintegrados no Exército com antiguidade superior à dos demais companheiros, que se haviam vinculado ao movimento de 1930 pouco antes de sua eclosão. Os “tenentes” de 1922 eram apelidados de “picolés” porque, em sua maioria, se tinham mostrado “frios” diante dos movimentos posteriores. Em revide, passaram a chamar de “rabanetes” os revolucionários de 1930, porque os consideravam “vermelhos por fora e brancos por dentro”. A crise desencadeou-se quando os “rabanetes” telegrafaram ao ministro Leite de Castro protestando contra o ato de considerar os “picolés” mais antigos do que eles para efeitos de promoção. Com base nesse telegrama, Castro puniu disciplinarmente os “rabanetes”, o que provocou a solidariedade dos companheiros de todas as guarnições do país. O impasse foi solucionado com a criação de quadros paralelos para os “picolés”, cujas promoções por antiguidade se fariam sem preenchimento de vaga e, portanto, sem prejuízo de seus camaradas “rabanetes”, de igual tempo de serviço. No entanto, o que havia sido apenas um problema de indisciplina deixou sequelas que ajudariam a fermentar, logo depois, uma verdadeira crise político-militar, a qual terminaria desembocando na Revolução Constitucionalista de 1932. Quase ao mesmo tempo, a autoridade de Leite de Castro como ministro da Guerra passou a ser contestada pelo comandante da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada em Porto Alegre, general Francisco Ramos de Andrade Neves, que era ligado à FUG e ao interventor no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha. Em consequência da intromissão do ministro da Guerra nos negócios internos da 3ª RM, Andrade Neves pediu exoneração do cargo em 30 de maio de 1932. O fato provocou uma crise no governo gaúcho. Necessitando do apoio da FUG, Flores da Cunha ameaçou renunciar. Em

